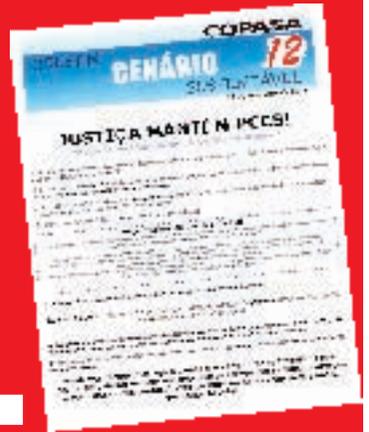


SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais



POLITICAGEM ANTISINDICAL



A direção da Copasa fez circular entre os trabalhadores mais um boletim em que tenta indispor a categoria com o Sindicato.

Diz que todos os "pedidos do SINDÁGUA foram negados" pela Justiça na ação que busca um PCCS transparente e regularmente registrado.

Com a decisão do Sindicato de não recorrer ao

TST por decisão em Segunda instância, a empresa fica forçada a implementar as milhares de movimentações nas carreiras.

Ao contrário do que afirma, a empresa tem horror às decisões da Justiça. Prova disto é que não cumpre o TAC contra terceirações e nem paga as diferenças da PL 2010, mesmo perdendo até no TST. **PÁGINA 3**



Intransigência da Cemig impede acordo coletivo

GREVE - Esta é a única linguagem que os patrões instalados nas estatais de Minas entendem ao negociarem os direitos dos trabalhadores. O impasse está criado entre os trabalhadores em greve e a Cemig, que não quer discutir a pauta de reivindicações da categoria.

PÁGINA 2

CONQUISTAS SÓ COM MOBILIZAÇÃO!

O ano eleitoral e de Copa do Mundo será campeão de mobilizações para garantir direitos.

Nas Águas Minerais superados três anos sem acordos



Trabalhadores nas Águas Minerais deram um exemplo na luta pelos direitos e pelo trabalho com dignidade. **Página 4**

Manter direitos com mobilização intensa

Quase no encerramento do ano, 2013 deixou uma lição importante para as autoridades e "gestores" responsáveis pelos vários níveis da administração brasileira: o povo é capaz de se indignar e de exigir o que lhe é de direito.

2013 fica na história muito além dos 20 centavos que eclodiram a luta popular pelo transporte coletivo decente. A Copa das Confederações também foi apenas um detalhe. O pano de fundo deste ano foi a força da mobilização popular para garantir direitos sociais.

Em relação às lutas dos trabalhadores tivemos categorias que chegaram a ganhos reais em torno de 2%, como foram os casos dos metalúrgicos de São Paulo, bancários e trabalhadores nos correios. Em todas elas as condições que levaram aos resultados positivos foram, sem dúvida, as grandes mobilizações dos trabalhadores e greves, que deram sustentação aos sindicatos nas mesas de negociações com os patrões com o discurso do "não" cada vez mais intenso na ponta da língua.

Apesar de termos passado por um ano espetacularmente atípico, com gigantescas mobilização sociais ao longo da "Copa das Confederações", os patrões tiveram uma postura extremamente inflexível, com a velha choradeira de crise e obrigaram os trabalhadores aos grandes movimentos paredistas.

Esta tendência exige forte mobilização dos trabalhadores e certamente voltará a se repetir no próximo ano, com a grande confusão anunciada nas disputas eleitorais para a presidência da República, governos e assembleias estaduais, Câmara Federal e Senado. Tudo, lembre-se, em concorrência com a Copa e o mundo de chuteiras em nosso País. Os trabalhadores precisarão de organização, de mobilização e, sobretudo, de mostrar sua disposição de luta contra eventuais pressões disfarçadas em "medidas de segurança" para que nossos direitos não sejam ameaçados.

CEMIG inflexível deixa trabalhadores sem acordo coletivo



INTRANSIGÊNCIA! Esta é a palavra de ordem nas negociações coletivas na Cemig com os trabalhadores, a mesma orientação do governo contra categorias em empresas do Estado. Os trabalhadores voltaram à greve, exigindo a reabertura das negociações coletivas sobre toda a pauta de reivindicações.

A database da categoria é 1º de novembro e os trabalhadores já estão há vários dias de greve em todo o Estado. A direção da empresa insiste em discutir apenas os itens econômicos da pauta de



reivindicações e não aceita negociar, como o pagamento de PL linear, valor igual para todos. A Cemig quer pagar uma PLR, em que superintendentes receberiam valores de R\$ 320 mil, diretores pegariam R\$ 400 mil, sobrando farelos para os trabalhadores.

Falta materiais em áreas operacionais

SUCATEAMENTO - Os trabalhadores de inúmeras localidades reclamam que estão completamente desabastecidos de materiais para realizarem serviços cotidianos e de manutenção. Faltam EPI's, mangueiras de ligação, uniformes, materiais e ferramentas básicas. Não se encontra os materiais mesmo com esforço para buscá-los em outras localidades. É incrível como uma empresa chega a este ponto depois de entrar no mercado de capitais, contrariando sua plena

condição de trabalho com qualidade quando não tinha a participação do capital privado. Para quem cobra desempenho e tem uma GDI para medi-lo, está claro que a empresa tira as condições de trabalho e de eficiência. O objetivo do lucro mata qualquer exigência essencial dentro da empresa. O mesmo não acontece com as condições para as empreiteiras, que estariam estabelecendo a existência dos materiais necessários para executarem os serviços contratados.

“Justiça mantém PCCS!”

PENA QUE A JUSTIÇA NÃO É RESPEITADA PELA COPASA!

Diferença da PL foi vitoriosa em 1ª, 2ª e 3ª instâncias. Justiça mandou pagar, mas a Copasa não cumpre.

A Copasa soltou mais um daqueles boletins "Canário", já no número 12, que é sempre utilizado contra as mobilizações e luta da categoria, tentando sempre trabalhar contra a organização dos trabalhadores através do Sindicato. Dizem no boletim: "**Todos os pedidos do SINDÁGUA foram negados**". Esta é a pura verdade. Fazem tudo para negar todos os direitos dos trabalhadores. Dificultam tudo ao máximo e não respeitam decisões da Justiça.

Como informamos no último jornal SINDÁGUA, a direção plena do Sindicato decidiu não recorrer da ação do PCCS em terceira instância. Poderíamos ter recorrido ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). Como a Copasa afirmou com todas as letras que só não fazia **milhares** de movimentações e promoções de cargos por causa da ação, decidimos não recorrer ao TST, liberando a empresa para **CUMPRIR SEU COMPROMISSO**. Os erros existentes no PCCS, se persistirem, permitirão aos trabalhadores entrarem com ações individuais. O direito não prescreve e o que a Copasa faz é apenas represar um passivo trabalhista que precisará prestar conta na Justiça, mesmo que a pinga-gotas. O SINDÁGUA deixa o jurídico à disposição de todos os companheiros na ativa e que estejam aposentando e não queiram deixar seus direitos para trás.

COPASA CONTINUA DESRESPEITANDO DECISÃO DA JUSTIÇA SOBRE PL

Decisão da Justiça é para cumprir? Porque a Copasa, então, não cumpre a decisão da Justiça, que já sentenciou em 1ª instância, no TRT-MG e no TST,

condenando-a a pagar as diferenças da Participação

nos Lucros (PL) de 2010. A empresa continua fazendo embargos, usando todo tipo de artifícios apenas para protelar o pagamento do direito que foi surrupiado dos trabalhadores, mesmo depois de superarmos o ex-ditador Márcio Nunes, que fez escola de autoritarismo da empresa.

BOLETIM DE CONTEÚDO POLÍTICO DOS PATRÕES

Vamos pinçar nos boletins frases exemplares da ação patronal contra a organização dos trabalhadores através da luta sindical: "Todos os pedidos do SINDÁGUA foram negados" (...) "deixar de lado assuntos que só servem para chamar atenção e atrapalhar o que verdadeiramente importa..."

Será que não importa dar transparência ao PCCS? Se é um documento destinado a disciplinar e orientar o crescimento profissional, os trabalhadores não poderiam conhece-lo e ter um regulamento que garante igualdade de condições, democrático e transparente? Se a Copasa é uma empresa pública, obrigada a contratar funcionários por concurso público, o PCCS não deveria também ser público? Por que o documento do PCCS não é registrado nas instâncias que lhe dariam amparo legal? **FÁCIL RESPONDER:** para fazer promoções viciadas, ao gosto do patrão, punindo desafetos e privilegiando protegidos; para não dar transparência nos concursos internos, eliminando concorrentes por critérios subjetivos de avaliação; para perseguir trabalhadores deixando toda a vida no trabalho sem promoções, condenados ao estágio de carreira e de salários; para representar a profissionalização dentro da empresa e facilitar o caminho aberto para contratação de funcionários de empreiteiras.

Este é o **PCCS** que a Copasa diz que "**é legal, válido, pode e deve ser aplicado**"!



TERCEIRIZAÇÃO NA MARRA

A Copasa em manter trabalhadores terceirizados em serviços considerados atividades fins da empresa. Os distritos operacionais da empresa são desconsiderados e os serviços distribuídos para empresas terceirizadas, que

ganham explorando trabalhadores sem as mesmas condições dos companheiros na Copasa.

Na última segunda-feira, 25 de novembro, mais um flagrante de empreiteira fazendo serviço fim na rua Efigênio de Sales Brito, 28.

ACORDO NAS ÁGUAS MINERAIS

Três anos de inflação acumulada

Os trabalhadores na Copasa Águas Minerais de Minas (Camm) aprovaram, no último dia 13 de novembro, a assinatura de dois acordos coletivos, retroagindo reajustes para salários que estavam sem correção deste outubro de 2010. São três reajustes aplicados: 7,3% a partir de 1º de outubro 2011; 5,58% a partir de 1º de outubro de 2012; e 5,69% a partir de 1º de outubro de 2013.

O acordo coletivo pôs fim a um longo impasse nas negociações coletivas, o que motivou uma greve em dois períodos consecutivos que somaram 30 dias.

Como os reajustes foram retroativos a cada data base, as diferenças salariais de outubro 2011 a setembro 2013 serão pagas em três parcelas, consecutivamente da seguinte forma:

- NOVEMBRO/2013 (meses de fevereiro a setembro de 2013);
- DEZEMBRO/2013 (meses janeiro/2013 dezembro e 13º salário, e junho a novembro de 2012)
- JANEIRO de 2014 (janeiro a maio de 2012, outubro a dezembro de 2011 e 13º de 2011).

O valor do ticket refeição praticado em setembro de 2011 (R\$ 220,00) foram corrigidos para R\$ 236,06 a partir de 1º de outubro/2011 (22 tickets de R\$ 10,73); passando para R\$ 249,23 em 1º de outubro/2012 (22 tickets de R\$ 11,33) e, ainda,



para R\$ 263,41 em 1º de outubro 2013 (22 tickets de R\$ 11,97). Nos dois primeiros anos, acordos de 2011 e 2012, os trabalhadores participam com 10% do valor dos tickets. No acordo de 2013, os trabalhadores conquistaram a isenção, passando o ônus inteiramente para a empresa. As diferenças dos tickets acumuladas serão pagas no cartão eletrônico em 30 de novembro.

Os dias parados em outubro foram descontados nos salários no próprio mês e os de novembro serão descontados em duas parcelas, a primeira em novembro e, a segunda, em dezembro.

GREVE LONGA COM INTENSA MOBILIZAÇÃO

A inflexibilidade patronal na discussão do acordo coletivo nas "Águas Minerais" forçou os trabalhadores a dois longos períodos de greves, totalizando 30 dias. Os trabalhadores mostraram sua fibra e

responsabilidade na defesa de seus direitos, superando a apostam patronal em dias terríveis e agonizantes com latas de mantimentos vazias, famílias passando dificuldades.

A mobilização, no entanto, foi num crescendo e mobilizou também os cidadãos nas cidades de Caxambu, Cambuira e Lambari, com envolvimento de lideranças políticas, como o prefeito de Caxambu Ojandir Belini, o presidente da Câmara Municipal de Caxambu, Marcos Halfeld, o secretário de Estado do Turismo, Agostinho Patrus, e o próprio governador de Minas, Antônio Anastasia, que se comprometeu, uma semana antes da aprovação do acordo, em buscar uma solução rápida.

NEGOCIAÇÕES NA COPANOR

O Sindicato já realizou também a primeira reunião de negociações visando ao Acordo Coletivo de Trabalhadores na Copanor.

As principais reivindicações são: piso salarial de R\$ 1.100,00, reajuste salarial pelo INPC e ganho real de 10% e também uma produtividade de 10%, além de reajustes no valor do ticket refeição, auxílio creche no mesmo modelo e valor pagos aos trabalhadores na Copasa, revisão do Plano de Cargos e Salários.

5ª Conferência das Cidades discute saneamento

O SINDÁGUA, Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e diversas entidades de trabalhadores em saneamento, participaram de 20 a 24 de novembro, em Brasília da 5ª Conferência Nacional das Cidades, promovida pelo Ministério das Cidades. Pelo SINDÁGUA, participaram Rogério Matos e Gilberto dos Santos pela Copasa, o assessor da presidência, Ronaldo Resende e Célia Renno pela ABES MG.

A presidenta Dilma Rousseff, assinou um decreto estabelecendo um prazo de 15 dias para aprovação do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), através de uma portaria ministerial. Foram encaminhadas pelas lideranças sindicais várias propostas para o setor de saneamento, entre elas a interrupção imediata das licitações de parcerias público privadas e as privatizações, que representam "verdadeiras doações do patrimônio público (ativos já constituídos) e deixam



verdadeiros prejuízos ao erário e a sociedade (passivos), e são ainda contratos sem riscos e com garantia de lucros exorbitantes às empresas privadas".